

DÍVIDAS

Fornecedores do Estado só reclamaram 17 milhões de euros

Balcão para pedir pagamento de dívidas aberto desde Dezembro

Rui Peres Jorge
rpjorge@mediafin.pt

Disponível há um mês, o balcão único que o Estado criou para que os seus fornecedores aí reclamassem os respectivos créditos junto do Estado recebeu pedidos de pagamento de 17 milhões de euros. O valor é apenas uma ínfima parte (1,4%) dos 1,2 mil milhões de euros que o Estado Central tem em dívida.

O número foi avançado ontem por Fernando Teixeira dos Santos perante a sua deslocação à comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, onde foi apresentar aos deputados as novas previsões macroeconómicas inscritas no Orçamento Suplementar. Segundo o ministro das Finanças, os pedidos entrados “estão a ser processados”.

O acesso a este balcão virtual para reclamar o pagamento de dívidas (possível através da morada www.sgmf.pt/rede) está disponível desde o passado dia 15 de Dezembro e os fracos resultados contrastam com a tónica de urgência colocada pelas associações empresariais em todo este processo. Ontem mesmo, o presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP) criticou a demora na prometida regularização das dívidas do Estado às empresas, defendendo que esta é a “forma mais directa e eficaz” de injectar a liquidez de que tanto precisam.



Costa Pina | Governante está preparado para passar um cheque de 1,2 mil milhões. Mas as empresas só reclamaram 17 milhões.

Pagamentos até 15 de Abril

De acordo com as regras divulgadas no final do ano passado, as empresas têm até 31 de Janeiro para pedirem o pagamento das suas dívidas. O Estado Central compromete-se a ter os cheques passados até 15 de Abril. Mas as dívidas têm de ter natureza “comercial, ser cer-

€1,2
mil milhões

Valor que o Estado deve aos fornecedores, que só reclamaram 1,4%.

tas, líquidas e suportadas por factura”. Estas, pelo seu lado, terão que ter sido emitidas antes da data de entrada em vigor da portaria e o respectivo limite de pagamento não deverá ir além de 31 de Dezembro de 2008. As autarquias e os hospitais dispõem de sistemas de regularização próprios e independentes do Estado Central.

Pedro Elias